



# MATERNIDADE E ENFRENTAMENTO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL SENTIDA NA PELE

MATERNIDAD Y AFRONTAMIENTO: UNA CONSTRUCCIÓN SOCIAL VIVIDA  
EN PRIMERA PERSONA

MOTHERHOOD AND COPING: A SOCIAL CONSTRUCTION FELT FIRSTHAND

Débora Cristina de Oliveira Fernandes<sup>1</sup>  
Matheus Orlando da Costa Santos<sup>2</sup>  
Nathália dos Santos Dutra<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo se refere ao recorte de uma pesquisa de iniciação científica, que buscou compreender como o processo de tornar-se mãe e do maternar foi construído historicamente, social e culturalmente e como são os impactos psíquicos de tal construção. Tal pesquisa se fez por meio de uma revisão de literatura, se configurando como exploratória a partir da referência literária O Mito do Amor Materno, de Elisabeth Badinter. Como resultado, foi possível perceber que vários discursos como: os filosóficos, políticos, culturais, econômicos e sociais contribuíram para a criação e manutenção da crença de uma idealização e romantização do tornar-se mãe. Conclui-se que tal crença, considerada como fixa e única, contribui para sofrimentos, adoecimentos e sentimentos de culpa, baixa competência, angústias e frustração das mulheres frente à maternidade, impactando diretamente na escolha de ser mãe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maternidade; Romantização; Mito do amor materno; sofrimentos; Construção social.

**RESUMEN:** Este artículo hace referencia a un extracto de una investigación científica iniciática, que buscó comprender cómo se construyó histórica, social y culturalmente el proceso de ser madre y ser madre y cómo son los impactos psíquicos de tal construcción. Esta investigación se realizó a través de una revisión de la literatura, configurándose como exploratoria a partir del referente literario El mito del amor materno de Elisabeth Badinter. Como resultado, fue posible percibir que diversos discursos como: filosófico, político, cultural, económico y social contribuyeron para la creación y mantenimiento de la creencia en una idealización y romantización del ser madre. Se concluye que esta creencia, considerada fija y única, contribuye al sufrimiento, enfermedad y sentimientos como culpa, sentimientos de baja competencia, angustia y frustración de las mujeres frente a la maternidad, impactando directamente en la elección de ser madre.

**PALABRAS CLAVE:** Maternidad; Romantización; Mito del amor maternal; sufrimientos; Construcción social.

**ABSTRACT:** This article refers to an excerpt from scientific initiation research, which sought to understand how the process of becoming a mother and mothering was constructed historically, socially and culturally and what the psychic impacts of such construction are like. This research was carried out through a literature review, configuring itself as exploratory based on the literary reference The Myth of Maternal Love by Elisabeth Badinter. As a result, it was possible to perceive that several discourses such as: philosophical, political, cultural, economic and social contributed to the creation and maintenance of the belief in an idealization and romanticization of becoming a mother. It is concluded that this belief, considered as fixed and unique, contributes to suffering, illness and feelings such as guilt, feelings of low competence, anguish and frustration of women in the face of motherhood, directly impacting the choice to be a mother.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete; Especializada em Psicologia obstétrica pelo Cuidando de Mamães; Pós graduanda em Neuropsicologia pela Universidade Líbano; Pós-Graduanda em Avaliação psicológica pela Universidade Libado; Formada no Curso de Formação da Abordagem Centrada na Pessoa-ACP. e-mail: debinhafernandeas@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Psicologia pela Universidade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete; Formado no Curso de Formação da Abordagem Centrada na Pessoa-ACP; Graduando em Fonoaudiologia pela Centro Universitário Fatecie. e-mail: matheusocsantos@gmail.com

<sup>3</sup> Docente de Psicologia na Universidade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete; Mestre e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Especialista em Psicologia Clínica Fenomenológica-existencial pelo Instituto de fenomenologia existencial do Rio de Janeiro (IFEN-RJ). e-mail: nathalia.dutra@unipac.br

**KEYWORDS:** Maternity; Romanticization; Myth of maternal love; sufferings; Social construction.

---

## 1 INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas no decorrer deste artigo referem-se ao recorte de uma pesquisa de iniciação científica cujo objetivo foi compreender como se apresenta a experiência vivida de mulheres mães durante o ciclo gravídico puerperal. Durante a realização da pesquisa, fez-se necessária uma busca histórica para situar a representação social da maternidade atualmente e como ela impacta a vida das mulheres. Utilizou-se como método de investigação base o livro de Badinter (1985), *O Mito do amor materno* e, em paralelo, realizou-se uma revisão de literatura exploratória a fim de alcançar a construção social, histórica e cultural sobre a representação do Ser-Mãe. Este artigo se dedica em explorar como a ideia de maternidade foi construída de forma a permitir o enraizamento de verdades únicas sobre o Ser-Mãe, bem como de compreender quais os impactos psíquicos diante da cristalização da ideia do materno. É válido ressaltar que tudo que se estabelece como verdade em uma sociedade é fruto de uma construção histórica, cultural e social. Partindo desse princípio, será demonstrado a seguir como esse movimento ocorreu na representação do Ser- Mãe.

### 1.1 A construção do imaginário sobre Maternidade e Ser- Mãe

Badinter (1985), uma autora de referência sobre a representação da maternidade, visou compreender a concepção de mulher e maternidade ao longo do tempo. Segundo a autora, o modo de perceber a maternidade estava articulado aos interesses ligados à religião, ao poder político e econômico. Durante os séculos XVII e XVIII, o ser mulher estava muito atrelado aos discursos da filosofia, teologia e política da época, os quais ditavam um lugar de submissão às mulheres.

De maneira sucinta, será demonstrado o conceito central de cada discurso para contextualizar os pensamentos do século XVIII. O discurso aristotélico apontava as diferenças físicas para legitimar a desigualdade entre homens e mulheres e justificar a relação de poder estabelecida entre eles. Tal perspectiva colocava o homem como o centro do poder familiar e a mulher como peça secundária, devendo demonstrar obediência e submissão, como apontam os estudos de Carvalho (2020). Já os discursos da teologia se diferenciavam do anterior ao compararem a figura do homem com a de Deus e a mulher como representação do pecado. Segundo Badinter (1985), a mulher ganhava um lugar de maldade e invalidez, uma vez que,

comparada a Eva, seria sempre culpada pelos pecados do mundo; nesse sentido, sua posição na esfera familiar seria sempre de servir ao homem e aos filhos.

Por fim, as contribuições do discurso econômico pretendiam legitimar os dois discursos anteriores em um só, fortalecendo a monarquia absolutista e o poder do rei sobre seus súditos, assim como o poder do homem sobre a mulher. O poder paterno do homem deveria ser respeitado da mesma forma que o poder do rei sobre a população (BADINTER, 1985). As relações de submissão se davam no ato do casamento, que, no século XVII, era visto a partir de um interesse econômico e político. Assim como a ausência de afeto pelos maridos, Badinter (1985) afirma que as mulheres também não demonstravam interesse em exercer cuidados com a maternidade. Eram vistas apenas como objeto de reprodução e não se encarregavam dos cuidados com os filhos. Ressalta-se que a concepção de maternidade e os discursos da época acompanharam o modo como a França traçava a compreensão sobre tais aspectos em meados do século XVII<sup>4</sup>.

Durante os séculos XVII e XIX, amamentar e cuidar dos filhos era considerado deslegante e inapropriado. Para contribuir com tais condutas, os médicos locais afirmavam que, ao amamentar um bebê, a mulher não deveria se envolver em relações sexuais com o marido, pois azedaria o leite, comprometendo sua composição. Para além desse afastamento do marido, dar os seios ao bebê era um ato cercado de preconceitos, de acordo com Badinter (1985). Ademais, parteiras aconselhavam as mulheres a não amamentarem e submeterem-se a servir o marido, conforme o trecho a seguir:

Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher "vaca leiteira", é um gesto despuadorado. (BADINTER, 1985, p. 96)

Perante o cenário de desvalorização da maternidade e das mulheres, movimentos de emancipação feminina começaram a ocorrer durante a revolução francesa. Mulheres operárias reivindicavam, nas ruas, seus direitos por meio de panfletagem e declarações em jornais. Atrizes como Olympe de Guedes atuaram junto à assembleia, Tjéroigne de Méricourt fundou o

---

<sup>4</sup> Na França, durante o século XVII, houve um grande número de mortalidade infantil e das chamadas Amas de leite, resultado que acompanha a falta de cuidado às crianças na época. De acordo com Badinter (1985), o ato de contratar amas de leite na França começou no século XV entre as famílias aristocráticas, se espalhando por todas as camadas sociais em meados do século XVIII, chegando a ocorrer uma superlotação de crianças para cada ama de Leite. Martins (2006), escreve sobre as relações de mercado e representações simbólicas das amas de leite no Brasil durante o século XIX e considera que, a partir da influência Francesa, contratar uma mulher para amamentar o filho passou a ser um ato muito praticado no Rio de Janeiro. Segundo o autor, as amas de leites representavam uma parte de mulheres que, em busca de trabalho, se ofereciam para realizar atividades que a maioria das mulheres se recusavam.

clube misto de Amigas da lei, e Etta Palm d'Aelders fundou a sociedade patriótica da Beneficência e das Amigas da Verdade. Tais mulheres defendiam os direitos políticos do divórcio e da educação (SCHMIDT, 2012). Badinter (1985) afirma que os movimentos de emancipação começaram a ganhar força, alcançando muitas mulheres em busca de conhecimento, política e autonomia. Schaffrath (2000) e Méndez (2011) apontam que inúmeros resultados foram alcançados com esses movimentos: a educação, antes negada, passou a ser permitida às mulheres; a profissionalização enquanto professora, além da organização das mulheres para reivindicar o reconhecimento de sua igualdade e autonomia, o que contribuiu para a conquista de importantes direitos civis como o acesso à formação superior, ao voto e à participação política.

Em paralelo a esses movimentos, Badinter (1985) afirma que, no final do século XVII e início do século XVIII, surgiram as primeiras pesquisas demográficas nos países, gerando, na França, um interesse maior em manter sua população. Pela primeira vez, a demografia passou a ganhar espaço e interesse pelas autoridades. Para que a França aumentasse sua população, era necessário sanar a alta taxa de mortalidade infantil no país, pois agora essas crianças eram vistas como fonte de lucro, riqueza e poder. A autora pontua que, na época, esse interesse perpassava pela seguinte afirmação: *"Um Estado só é poderoso na medida em que é povoado. Em que os braços que manufacturam e os que o defendem são mais numerosos."* (Badinter, 1985, p. 156). Sabe-se que, nessa época, as guerras entre a França e a maioria dos países eram mortais e avassaladoras, fator que contribuía para fortalecer o interesse em sanar a mortalidade infantil.

Para frear a taxa de mortalidade das crianças, era necessário convencer as mulheres a assumirem esse papel de mãe e cuidar de seus filhos. Para isso, foi preciso mais do que parar de entregar os filhos para as amas de leite, pois, de acordo com Badinter (1985), o abandono das crianças acontecia em três momentos diferentes: primeiro elas eram entregues às amas de leite até que completassem os cinco anos de idade; posteriormente, ao retornarem para casa, eram entregues para governantas e preceptores para que lhes ensinassem bons modos; em seguida, as crianças eram encaminhadas para os orfanatos e só retornavam quando estavam presentes a atingir a maior idade. Uma vez que o interesse do Estado em diminuir a mortalidade infantil estava em paralelo com o momento em que as mulheres buscavam a emancipação em outros cenários, foram necessários diversos discursos que convencessem e naturalizassem a maternidade como algo inerente à mulher.

Badinter (1985) aponta que a ideia era instaurar no imaginário feminino a maternidade como sinônimo de valorização, amor e realização. Imbuídos dessa perspectiva, discursos polí-

ticos, econômicos, filosóficos e religiosos disseminavam essas crenças pela população, como o discurso da igreja católica e os discursos literários de Jean-Jaques Rousseau, Montesquieu e Voltaire. Para aquelas que se recusavam a aceitar os discursos impostos, o Estado e a Igreja as ameaçavam afirmando que *“Se a mãe se nega a amamentar, a natureza se vingará e a punirá na carne. Essa punição comporta todas as doenças que atacam as mulheres que secam artificialmente seu leite”* (Badinter, 1985, p. 195). Com o mesmo intuito, os médicos locais estabeleceram várias relações que levavam à morte daqueles que desperdiçassem seu leite. Embora não pudessem matar as mulheres que se recusassem a amamentar, o medo causado por essas acusações fazia com que as mulheres não se arriscassem.

Essa trágica descrição dos riscos corridos pela mãe má mostrava que a natureza sabia se vingar cruelmente das mulheres que lhe desobedecessem. Mas a natureza não era a única a castigá-las. O abandono do aleitamento materno é apresentado por todos, não apenas como um erro de regime, mas também e sobretudo como um pecado contra Deus, uma ação imoral. (BADINTER, 1985, p. 196).

Foi Rousseau, segundo Badinter (1985), com a publicação de *Émile*, em 1762, que cristalizou as novas ideias e deu um verdadeiro impulso inicial à família fundada no amor materno e na moralidade do cuidado. Ele foi um autor muito citado quando se fala da construção histórica do papel de mãe e mulher, uma vez que seus escritos eram considerados de grande influência para a conduta das mulheres. Para favorecer o Estado, seu primeiro pronunciamento para convencer as mulheres dizia de um caráter especial de maternar, colocando a maternidade como um caminho para que as mulheres alcançassem o reconhecimento. O discurso se fundamentava no valor grandioso de ser mãe e dona de casa, ao passo que, para tal, deveriam abdicar do saber científico, como aponta o trecho de Badinter (1985, p. 77):

De Montaigne a Rousseau, passando por Molière e Fénelon, conjuram-nas a voltar às suas funções naturais de dona-de-casa e de mãe. O saber, dizem eles, estraga a mulher, distraíndo-a de seus deveres mais sagrados. É preciso reconhecer que precisas e cultas faziam pouco caso da economia doméstica e deixaram fama de execráveis donas de casa.

No entanto, somente o discurso de Rousseau não seria suficiente; surgiu, então, o discurso econômico a partir da contagem demográfica para corroborar com a ideologia da maternidade, sendo a mulher exaltada por contribuir com a humanidade, afinal, graças a ela, os homens nascem, crescem e são felizes (BADINTER, 1985).

Cabe lembrar que tais ideais se propagaram durante o Iluminismo, em que a premissa era a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Filósofos como Rousseau, Voltaire e outros contribuíram para tal luta francesa, deixando marcas importantes, também, na maternidade, sendo

a mulher valorizada e reconhecida pelo cuidado com o marido, casa e filhos; porém mostravam ambiguidade em relação à igualdade de gênero, uma vez que a discriminação sexual surgia. A mulher era vista com uma natureza frágil e maternal e, desse modo, caberia à ela funções limitadas, ligadas aos cuidados aos outros, como afirma Pena (2024) ao citar o Manifesto antimaternalista de Vera Iaconelli. Para isso deveria ser extirpado dela o conhecimento científico e a maior participação na polis, conforme citação acima, enquanto aos homens eram destinados papéis de poder na sociedade (SCHAFFRATH, 2000; PENA, 2024).

O essencialismo biológico, narrado nos discursos filosóficos da época, também serviram de alicerce para tal construção, uma vez que os discursos utilizavam as diferenças anatômicas para legitimar as opressões das mulheres, contribuindo para a ideia do mito do amor materno. Cordeiro (2013) aponta que a sacralidade da maternidade apresenta raízes tão profundas que a mulher é subjugada até por outras mulheres. Beauvoir (1980), ao realizar uma busca histórica para compreender como os papéis sociais da mulher se estabeleceram no território brasileiro, afirma que não importa o quanto se volte no passado; no Brasil, a mulher sempre ocupou um lugar de subordinação ao homem e à cultura.

Badinter (1985) considera em seus estudos que, com o passar do tempo, a mulher começou a aceitar o papel da boa mãe, na observância da mortalidade infantil e da reciprocidade do amor filial. Assim como na França, as crenças sobre a maternidade estabelecidas no Brasil são, atualmente, pautadas no mesmo mito do amor materno descrito anteriormente. Durante a colonização do Brasil, representações simbólicas e culturais relacionadas à maternidade eram defendidas pelo poder com o intuito de, através da maternidade, manter a mulher em ambientes domésticos, dedicando a própria vida para os cuidados com o filho. O período de colonização se apresentava como um projeto de “domesticação” da mulher pela maternidade, sustentando um discurso de que quantos mais filhos um casal tivesse, maior seria o seu prestígio, uma vez que, era plano do poder da época acabar com os vazios demográficos e expandir o número de territórios ocupados (PRIORI, 2009). Além dos processos citados, o mito do amor materno se espalhou rapidamente com o processo de independência do Brasil. Visando excluir toda e qualquer influência de Portugal com o novo cenário que se estabelecia, a França foi selecionada como modelo a ser seguido, assim como cultura, a forma de se criar os filhos, arquitetura e ideias iluministas (CORDEIRO, 2013).

Contribuindo com a ideia do mito do amor materno e com a idealização do papel da mulher-mãe, Ariès (1981) afirma que, a partir da mudança cultural, houve, também, uma alteração das configurações da família, as quais seriam mais reconhecidas quanto mais felizes fossem. A base de tal felicidade girava em torno da dedicação materna, ou seja, a mãe era

responsável por dedicar amor e atenção tanto para os filhos quanto para os maridos de modo a perpetuar um lar feliz. Essa nova estrutura exigia que as mulheres abdicassem de seus próprios desejos, mesmo antes de terem filhos, para ceder às vontades dos homens. A estrutura instaurada fez com que os grandes centros das cidades fossem ocupados pela alta burguesia. Assim, as mulheres, além de cuidarem dos maridos e serem boas mães, deveriam ter uma bela aparência, pois agora era exibida como um prêmio para a sociedade, sendo a responsável pela ética e valores que seus filhos assumiriam quando adultos. Sendo esses os novos padrões difundidos socialmente, escritores da época, como Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis, a partir da visão do romantismo, começaram a narrar histórias de um amor ideal almejado por todos, como o amor puro entre a mãe e filho e a recompensa de um amor conquistado entre homens e mulheres. Compreende-se que não apenas o amor materno, mas o amor de forma geral, se fundamentam em uma construção social que envolve valores políticos e econômicos.

A partir de toda essa estrutura romantizada em torno do papel da mulher-mãe, torna-se importante refletir sobre os impactos psíquicos de tais conceitos. Badinter (1985) aponta que o amor materno, apesar de inúmeras alterações ao longo dos séculos, carrega a ideia de feminilidade e maternidade como algo inerente à existência da mulher, contribuindo para o acontecimento de conflitos existenciais. Assim, o próximo tópico dedica-se à exploração dessa temática que tanto se articula com o mito do amor materno: a saúde mental das mulheres nesse contexto.

## **2 SAÚDE MENTAL: IMPACTOS DO IMAGINÁRIO DA MATERNIDADE NA VIDA DAS MULHERES**

O número de mulheres, no Brasil, que desenvolvem depressão em diferentes períodos da vida são consideravelmente menores em comparação com o período do ciclo gravídico puerperal. Dados da Fiocruz apontam que 25% das mães brasileiras são acometidas pela depressão pós-parto no País; segundo os estudos, tal número sofre influência de diversos fatores de risco, como a divisão de classes econômicas no país.

Pesquisas como as de Cesar, Loures e Andrade (2019); Lima, Santos e Barbosa, (2021) Estrela, Machado e Castro (2018), bem como de Mestre e Souza (2021) e Camacho, Cantinelli (2006) apontam para uma dificuldade das mulheres ao narrarem suas insatisfações sobre a maternidade sem se sentirem culpadas, colocando em cheque o “instinto materno”. Demonstram como a maternidade vivenciada atualmente ainda é perpassada por diferentes

culpas e angústias que potencializam o desenvolvimento de adoecimentos relacionados ao ciclo gravídico puerperal. Maria (2014) afirma que esses afetos, caso não sejam assistidos adequadamente, se encaixam como os principais fatores de risco para tais adoecimentos. Kliemann (2017), assim como Queiroz, Freitas, (2021) através dos seus estudos, concluíram que mudanças psicológicas e os fatores psicossociais contribuem para o surgimento de sérios transtornos na gestação e no puerpério, como a ansiedade e a depressão. Dessa forma, Santos (2022) corrobora que, em algum momento da gestação, a maioria das mulheres passará por sofrimento psíquico ao perceberem que a gestação real não é a mesma pregada pela gestação idealizada na sociedade.

A maternidade romantizada contribui para a mulher criar expectativas irreais sobre a maternidade, contribuindo para que ela se frustre ao vivenciar essa experiência e exigindo diversos enfrentamentos no que diz respeito a sua condição psíquica (Schiavo, 2021). Ao longo do tempo, uma imagem distorcida do ser mulher foi construída, impedindo a criação de uma identidade social própria, ou seja, parte das mulheres experienciam a gestação como uma forma de cumprir o seu papel social, ao invés de ser uma decisão realizada de forma autêntica. Tal imagem distorcida implica no silenciamento das mulheres sobre os sentimentos vividos na maternidade. A culpabilização e a negação de sentimentos como angústia, raiva, fracasso, medo e incapacidade podem gerar frustrações que comprometam a saúde mental das mulheres (Lima; Santos & Barbosa, 2021).

Estrela, Machado e Castro (2018), em uma pesquisa com gestantes e puérperas em um hospital, buscaram compreender a visão dessas mães sobre a maternidade e seu papel. Como resultado, observaram que o ser-mãe ainda estava intrinsecamente associado às crenças do mito do amor materno, no qual falas cristalizadas regavam a ideia de dedicação total aos filhos e o destaque de pontos negativos e ruins não era uma possibilidade. Buscou-se mensurar essa representação mediante dois opostos: mãe boa e mãe ruim. Sendo assim, qualquer mulher que retratasse momentos ruins da maternidade era considerada uma mãe ruim. Badinter (1985) já discutia sobre esse conflito de ideias, em que, muitas vezes, expressar sentimentos negativos e se queixar das dificuldades do processo do materno estaria associado à ideia de não amar os filhos e serem mães ruins.

As crenças do mito do amor materno têm grande poder durante toda a maternagem. Mestre e Souza (2021), em uma pesquisa com mães de indivíduos já adultos, perceberam que a responsabilidade das escolhas feitas pelos filhos também foi correlacionada com a conduta da mãe. Piori (2006) e Badinter (1985) também apresentaram essa ideia de que a mãe é considerada responsável pelos valores e atitudes que tais filhos iriam adquirir enquanto adultos.

Na pesquisa de Mestre e Souza (2021), com mães de filhos encarcerados, foi registrado que, muitas vezes, o olhar das outras pessoas acusava as mães de falhar na única missão que tinham: educar seus filhos. Parte dessas mães apossavam-se desse título e colocavam em cheque seu papel, sentindo-se culpadas pelos destinos que levaram seus filhos. Isso ressalta a ideia de que maternidade e culpa andam sempre juntas, uma vez que é exigido das mulheres suprir uma lista de critérios para que sejam consideradas boas mães.

Tanto os discursos literários quanto os sociais reforçam a idealização da maternidade e favorecem o comprometimento da saúde mental das mulheres. O adoecimento a partir da ideia de ser mãe surge como fruto de muitas pressões e idealizações da maternidade, uma vez que a culpa e a angústia estarão sempre presentes. Segundo Cesar, Lourdes e Andrade (2019), o discurso midiático também tem forte influência na saúde mental das mulheres, pois fortalece a ideia da maternidade como algo compulsório e exclusivamente feminino, sendo a mãe obrigada a cuidar exclusivamente dos filhos; tal discurso dissemina a ideia de que a mulher precisa ser boa e independente, contribuindo para a criação de sentimentos ambíguos e uma duplaculpa:

Ao mesmo tempo em que alguns discursos midiáticos impulsionam a mulher a ser "somente mãe", no contexto contemporâneo, em que a mulher está inserida no mercado de trabalho e ainda, na maioria das vezes, é responsável pelas tarefas domésticas, há um contra discurso, segundo o qual a mulher deve ser boa em tudo, sem abrir mão de nada, o que faz com que a mulher desenvolva sentimentos ambíguos com relação à maternidade e sinta-se duplamente culpada: quando não deixa o emprego e os afazeres para dedicar-se exclusivamente ao filho, ou quando abandona sua carreira e seus projetos profissionais para ficar com a criança (CESAR, LOURDES, ANDRADE, 2019, p. 3).

Agregando a todos os fatos mencionados, a mesma autora afirma que, além dos sentimentos negativos negligenciados e das ocupações sociais da mulher, ela vive sobre um luto acerca da própria vida e subjetividade.

A mulher-mãe precisa lidar com sua vida profissional, as tarefas domésticas e no caso das mulheres casadas ou em um relacionamento, de sua vida afetiva, tudo isso em meio a um luto. Sim, pode-se afirmar, segundo Halasi (2018), que a maternidade inclui um luto de si; uma constante demanda por abrir mão de sua subjetividade para cuidar de outra pessoa. (CESAR, LOURDES & ANDRADE, 2019, p. 4)

Cesar, Loures e Andrade (2019) apontam que o sentimento de culpa, sempre presente em pesquisas sobre a maternidade, muitas vezes é fruto da romantização que coloca grande peso na vivência desse processo, apresentando um conceito pouco discutido e maquiado por nossa sociedade: o luto. Tal luto não se refere à perda de um bebê, mas sim da própria mulher no processo de tornar-se mãe, uma vez que há uma total entrega para assumir esse novo papel.

Segundo os autores, a maternidade por vezes se configura como um luto de si, na constante necessidade de abdicar da própria subjetividade para cuidar de outra pessoa. Badinter (1985) também menciona a temática, afirmando que a ideia do amor inato é justamente abdicar da própria vida para dedicar-se à vida filial.

Lima; Santos; Barbosa (2021) apontam que as mulheres do século XXI, principalmente da última década, têm conseguido expressar, de forma mais significativa, os seus sentimentos com relação aos períodos da gestação e do puerpério, porém Badinter (1985) apresentou vários relatos de mães que amavam muito seus filhos e, mesmo assim, apresentavam sentimentos de angústia e ansiedade. Nesse sentido, os sentimentos negativos e de angústia não anulam os sentimentos bons e os pontos positivos da gestação, porém, negá-los e negligenciá-los sem compreendê-los, pode acarretar problemas e adoecimentos emocionais.

Pode-se perceber, portanto, que conhecer, expressar e compreender os afetos que permeiam a maternidade são elementos importantes. Nesse sentido, Merighi (2006) realizou uma pesquisa qualitativa com puérperas acima de dezoito anos que possuíam convênios, evidenciando a relevância do compartilhamento de experiências no pós-parto. Além de contribuir com dados sobre a saúde mental destas mães, o estudo mencionou que as mulheres atendidas por convênios recebem melhores acolhimentos psicológicos e físicos do que aquelas atendidas por sistemas públicos de saúde. O mesmo autor comenta que tal dado serve como alerta para a falta de acompanhamento psicológico e maior acolhimento nos sistemas públicos.

É perceptível que os estudos sobre a temática da maternidade e suas representações têm crescido de forma considerável nas últimas décadas, colocando em questionamento esse modelo estrutural que visa a definir o modo universal de tornar-se mãe. Algumas pesquisas (Kliemann, 2017; Queiroz & Freitas, 2021) apresentam resultados parecidos com os encontrados na pesquisa de iniciação científica que impulsionou este trabalho. Ambas observam uma visão distorcida sobre a maternidade em muitas mulheres antes de se tornarem mães. Com isso, a distância do processo real em relação ao imaginário projetado constitui-se em um dos principais fatores para sentimentos negativos no ciclo gravídico-puerperal.

Observa-se, na contemporaneidade, que cada vez mais mulheres ocupam papéis sociais distintos e complexos, sendo mais autônomas e independentes. A luta pela consolidação de um novo modelo de maternidade, no entanto, ainda é algo distante. A idealização e a romantização da maternidade, presente no século XXI, dificulta a efetivação de uma maternidade livre de interferências ideológicas, potencializando o sofrimento psíquico. Lima; Santos; Barbosa (2021) apontam que o assunto da maternidade é conflitante, inclusive para as mulhe-

res que decidiram não vivê-la ou não a podem por razões biológicas, pois a ideia do amor materno inato as acusam em falhar ao cumprir com seu dever de ser mãe.

Segundo Badinter (1985), não existe uma conduta universal para ser mãe ou um modelo padrão de maternagem. Cada mulher vivencia essa experiência de forma única e subjetiva. Porém, a crença de uma conduta universal e inata contribui para que as mulheres idealizem a gestação e almejem alcançar a plenitude dessa vivência, exigindo que se dediquem a cuidar inteiramente dos filhos sem cometer erros. Tal questão coloca em jogo, inclusive, os papéis de gênero, os quais são distribuídos injustamente na sociedade (Lima; Santos; Barbosa, 2021).

Segundo Machado, Penna e Caleiro (2019, p. 1126) “A mulher contemporânea tem outras perspectivas e escolhas não centradas na maternidade, entretanto, assumir essa posição ainda é um desafio no enfrentamento da pressão social e da discriminação”. Isso porque, conforme os padrões sociais, deixar de ser mãe seria o mesmo que renunciar seu dever e sua essência feminina. Conforme o mito do amor materno, tal essência feminina está relacionada com a ideia de que toda mulher deseja crescer, se casar, ter filhos e família. Observa-se que os comerciais de TV e a mídia são fortes aliados na disseminação da maternidade idealizada, uma vez que sempre apresentam mulheres felizes e realizadas com seus filhos, reforçando a ideia de que maternidade e realização pessoal sejam sinônimos.

Compreender a saúde mental das mulheres é uma tarefa complexa, uma vez que a própria concepção do ser mulher perpassa por inúmeros discursos diferentes, sejam eles de gênero, raça ou classes sociais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946, p. 1), “*A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade*”. Portanto, quando se trata de maternidade, a complexidade de saúde mental aumenta, pois esse assunto está imerso em um grande estigma social e cultural (Lima; Santos; Barbosa, 2021). Scavone (2001, p. 48) afirma que a maternidade é “*como um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pela questão de gênero que lhe é subjacente*”, por isso a experiência de ser (ou não) mãe será diferente para cada uma, principalmente no que diz respeito à classe social e estabilidade financeira.

### 3 CONCLUSÃO

Percebe-se que a maternidade é atravessada pelas crenças do mito do amor materno, criando uma ideia de mãe ideal com padrões a serem seguidos. Compreende-se que a ideia do amor materno não passa de um mito, não existindo uma conduta universal de maternar. As formas de submissão impostas às mulheres contribuem para que cresçam em um ambiente

que naturalize a construção da maternidade romantizada, travando consigo mesma uma disputa para alcançar tais idealizações. Assim, parte das mulheres se perdem, passando a se reconhecer apenas como mães.

As conquistas alcançadas com a emancipação das mulheres abriram possibilidades para a ocupação dessas mulheres em outros espaços, permitindo, por exemplo, que exerçam diversos papéis sociais, porém, o desencontro existente entre essas conquistas e a crença que naturaliza a maternidade como algo inato e obrigatório coloca a mulher diante de um grande dilema: tornar-se ou não mãe. E independente da escolha seguida por cada mulher, percebe-se que ela sofrerá julgamentos por parte da sociedade, gerando consequências psíquicas a serem ouvidas pelas instituições de saúde e psicólogos.

Os artigos analisados concluíram que, devido a gestação e o puerpério serem períodos de muitas mudanças físicas, psíquicas, sociais e emocionais na mulher, a falta de uma rede de apoio pessoal e profissional se mostrou como um dos fatores que mais contribuíram para o adoecimento mental e desenvolvimento de episódios de ansiedade, medo e angústias nas gestantes e puérperas, ressaltando a importância do Pré-natal psicológico. Além de concluírem que a falta de um acompanhamento psicológico junto ao pré-natal tradicional contribui para o aumento crescente do número de gestantes e puérperas com transtornos relacionados a esses períodos.

Dessa forma, nota-se a necessidade de discorrer sobre a relevância de tecer um novo olhar sobre o ato de maternar para contribuir com a desconstrução de representações fixas sobre tal questão. O crescente número de pesquisas na área da maternidade dos últimos anos tem-se mostrado um importante passo em busca desta conquista, gerando discussões e colocando em pauta os padrões já pré-estabelecidos. A desconstrução da romantização e da idealização da maternidade se faz necessária por se configurar hoje como uma discussão sobre saúde física e emocional da mulher, com altos números de adoecimentos no ciclo gravídico- puerperal.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BADINTER, Elisabeth. Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

CAMACHO, R.S.; CANTINELLI, F.S.; RIBEIRO, C.S.; CANTILINO, A.; GONSALES,

B.K.; BRAGUITTONI, E.; RENNÓ JR., R., Transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério: classificação, diagnóstico e tratamento. São Paulo 2006

CARVALHO, Helena Barbosa de. Maternidade, Ambiente e Psicanálise: Um Estudo dos Atravessamentos Culturais na Maternidade Contemporânea. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020

CÉSAR, R.C.B.; LOURES, A.F.; ANDRADE, B.B.S. A Romantização da Maternidade e a Culpabilização da Mulher. Revista Mosaico, v. 10, n. 2, suplemento, p. 68-75, 2019

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. Mãe – A Invenção da História Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis. 2013

ESTRELA, Jadne Meder; MACHADO, Maiara da Silva. O Ser Mãe: Representações Sociais do Papel Materno de Gestantes e Puérperas. ID on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia, v. 12, n. 42, suplemento, p. 569–578, 2018

FIOCRUZ. Depressão Pós-Parto Acomete Mais de 25% das Mães no Brasil 2016

KLIEMANN, Amanda; BÖING, Elisangela. Fatores de Risco para Ansiedade e Depressão na Gestação: Revisão Sistemática de Artigos Empíricos. Mudanças – Psicologia da Saúde, v. 25, n. 2, p. 69–76, Jul.-Dez2017

LIMA, SANTOS, BARBOSA. Os Impactos da Idealização da Maternidade na Saúde Mental da Mulher Contemporânea Repositório Universitário da Ânima (RUNA), Belo Horizonte, 2021

MACHADO, Regina Célia Lima; PENNA, C.; CALEIRO, R. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. Saúde em Debate, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, 2019.

MARIA, N, C. O Pré-Natal Psicológico Como Programa de Prevenção À Depressão Pós-Parto. Scielo Brasil, 2014

MARTINS. Barbara. Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). Rio de Janeiro, 2006

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. Mulher e trabalho, v. 5, 2011.

MERIGHI; GONÇALVEZ. Vivenciando o período puerperal: uma abordagem compreensiva da Fenomenologia Social. Revista PESQUISA Brasileira de Enfermagem REBEn,2006

MESTRE, S; SOUZA, E. “Maternidade Guerreira”: Responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2021

OMS. Constituição da Organização Mundial da Saúde. 1946.

PENA, Eduarda Duarte. As A(s) filha(s) perdida(s) nas amarras da maternidade, de Elena Ferrante. *Frontería - Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada*, v. 5, 2024.

PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. São Paulo: UNESP, 2009

PRIORE, M. *Histórias das mulheres no Brasil*. Capítulo 7: Mulher e família Burguesa, Maria Ângelo D'inação. São Paulo, 2006.

SANTOS.K. “A Maternidade Romantizada E As Consequências Na Saúde Mental Da Mulher”. UNIEMAS, Ariquemes -RO, 2022

SCAVONE, L. Motherhood: transformation in the family and in gender relations. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, p.47-60, 2001.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. *PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FEMININO: uma história de emancipação e preconceitos*. Universidade Estadual de Maringá, 2000

SCHIAVO, Rafaela de Almeida. *Saúde mental na gestação: ansiedade, estresse e depressão*. [recurso eletrônico] / Rafaela de Almeida Schiavo. Agudos: MaterOnline, 2018.

SCHIMIDT, Joessane. *As Mulheres na Revolução Francesa*. *Thema*, 9, 147, 2012.

QUEIROZ; FREITAS. Determinantes Psicológicos e Sociais relacionados ao desenvolvimento dos Transtornos Mentais no Puerpério: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, e51410616033, 2021.

RAÚL, A. *Avaliando o conhecimento sobre pré-natal e situações de risco à gravidez entre gestantes residentes na periferia da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil*, 2007.